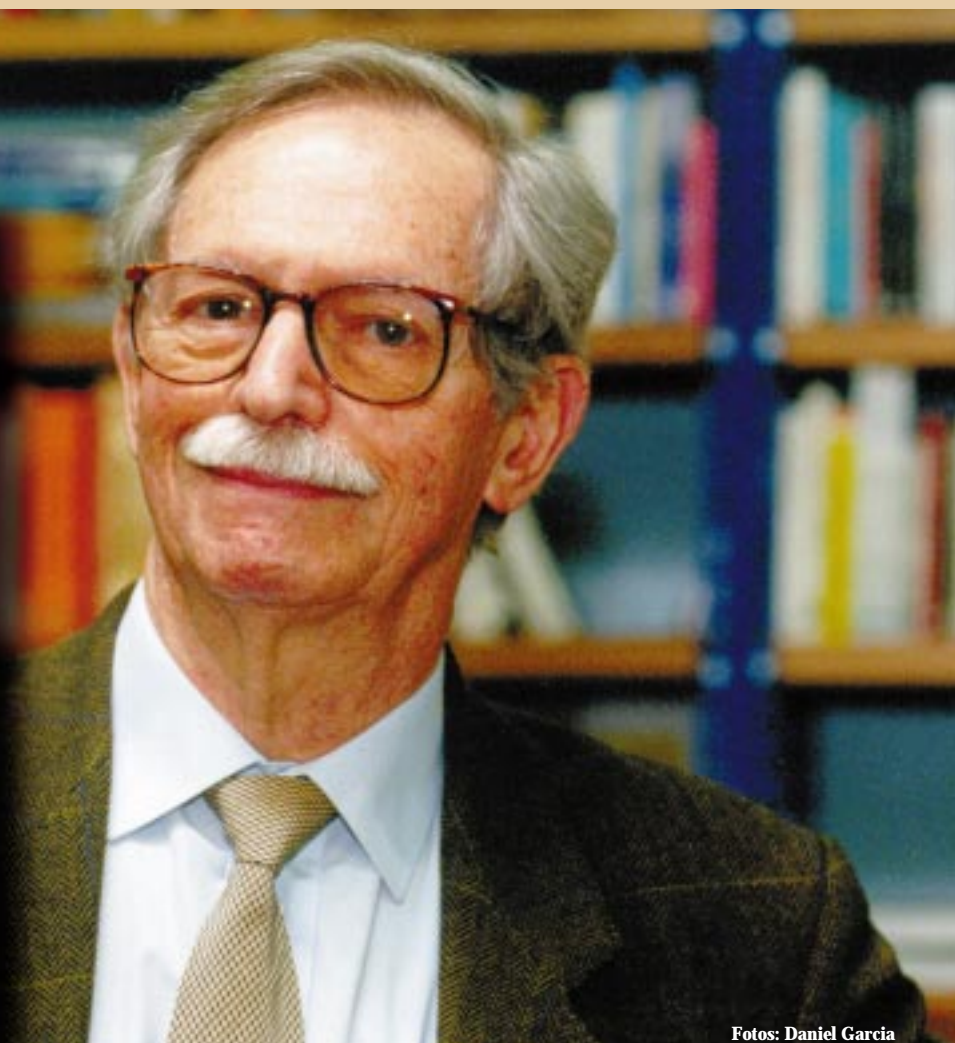


Entrevista  
Roberto Salmeron

# “ENSINO PAGO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS SERIA UM CRIME”

por Lighia B. Horodynski-Matsushigue  
e Pedro Estevam da Rocha Pomar

*O renomado físico brasileiro radicado em Paris relata a rica experiência da Universidade de Brasília (UnB), critica o “delírio de privatizações” vivido pelo país e defende a educação superior pública e gratuita*



Fotos: Daniel Garcia

*Radicado na França desde 1966, o físico brasileiro Roberto Aureliano Salmeron esteve no Brasil em agosto último, para lançar seu livro **A Universidade Interrompida: Brasília 1964-1965** (Editora da UnB, 1999). Cientista de prestígio internacional, primeiro não-europeu a integrar o corpo permanente de pesquisadores do laboratório da Organização Européia para a Pesquisa Nuclear (CERN), em Genebra, e atual Diretor de Pesquisa Emérito do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas da França (CNRS), autor ou co-autor de 150 trabalhos científicos, Salmeron suspendeu suas atividades profissionais nos últimos dois anos para dedicar-se unicamente à tarefa de escrever o livro. Na entrevista exclusiva que concedeu à Revista Adusp, encontramos as razões maiores dessa opção.*

*Em primeiro lugar, para ele, é necessário preservar e cultivar a memória intelectual do nosso país. Em segundo lugar, é evidente que a empolgante experiência de criação e organização dos cursos da UnB, nos anos 1963-64, sob os auspícios de Anísio Teixeira, e depois a profunda frustração causada pela intervenção dos militares, ocupam um lugar central na história de vida desse notável pesquisador.*

*Em 1965, Salmeron, que destemidamente deixara o CERN dois anos antes e regressara ao Brasil para trabalhar na UnB, onde foi professor titular e coordenador geral dos Institutos Centrais de Ciências e Tecnologia, “demitiu-se juntamente com 222 colegas, por recusarem pressões externas exercidas sobre a Universidade durante o regime militar que dominou o país de 1964 a 1985”, como não deixa de mencionar em seu próprio currículo. Nas páginas a seguir, Salmeron, de 77 anos, aborda também a crise que atinge em cheio a ciência e as universidades brasileiras. Prega a reação da comunidade acadêmica ao atual estado de coisas, e defende com ênfase e veemência a gratuidade da universidade pública: “Se na minha geração houvesse universidade paga, eu não poderia ter estudado. E um grande número dos meus colegas da Politécnica da USP também não. Querer fazer ensino pago é um crime”.*

Revista Adusp - **O senhor está lançando um livro sobre a UnB. O que o levou a escrever este livro? A UnB foi, tudo indica, uma experiência marcante na sua vida.**

**Salmeron** - O trabalho na UnB foi realmente uma experiência marcante em minha vida, assim como de todos os que participaram dos anos iniciais de implantação da Universidade. Por que escrevi este livro? Para dar uma contribuição à nossa memória intelectual. No Brasil não estamos habituados a cultivar nossa memória. Fatos importantes ou graves acontecem e são esquecidos com o tempo, às vezes basta uma geração para que sejam esquecidos. Nos países avançados da Europa, por exemplo, o cultivo da memória intelectual faz parte da cultura, o que infelizmente não ocorre entre nós. Minha motivação, ao escrever esse livro, foi contribuir para nossa memória. Relato fatos que vivi e conheci desde suas origens, e considero quase uma obrigação minha deixar um testemunho para que a nova geração saiba o que aconteceu naquele período terrível de nossa História, com a ditadura militar. Um povo precisa conhecer a sua História, e criar o hábito de julgar os fatos e as pessoas, para ficar vigilante e não permitir que períodos como aquele se repitam. Por que escrevi o livro somente agora? Porque eu não quis escrever um livro somente de memórias, mas um livro de História, documentado e crível, e isso requer muito tempo. Radicado na França, dirigindo equipes de pesquisa, não me era possível ter as atividades devidas à responsabi-

lidade profissional e ao mesmo tempo escrever um livro desses. Há no livro uma parte de memória, mas o que considero mais fundamental são os documentos que apresento. A procura de documentos, e a estruturação do livro com base neles, tomou muito tempo, agravado com o fato de eu estar morando fora do Brasil. Tenho alguns documentos em meu arquivo pessoal, porque quando saí da Universidade tinha absoluta certeza de que muitos documentos iam desaparecer. Guardei comigo somente papéis que, evidentemente, tinha moralmente a liberdade de guardar, como cópias de cartas minhas, de cartas dos coordenadores e de manifestos dos professores. A maior parte da documentação eu obtive em várias viagens ao Brasil, em redações de jornais, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na Biblioteca Municipal de São Paulo, em consulta do Diário do Congresso Nacional, e na própria Universidade de Brasília, onde uma professora de História está reconstituindo um acervo, assim como obtendo depoimento oral de amigos ex-professores da UnB. Comecei a estruturar o livro há mais de oito anos, sem interromper meu trabalho como físico, dedicando alguns dias da semana à pesquisa, e outros ao livro, escrevendo e reescrevendo as várias partes. Depois percebi que tinha de me dedicar ao livro inteiramente, para poder terminá-lo com uniformidade nas várias partes. Nos últimos dois anos a dois anos e meio trabalhei somente no livro.

Revista Adusp - **Para aqueles que não puderem ler o livro, como é que o senhor sintetizaria a experiência da UnB?**

**Salmeron** - Devemos falar da experiência do ponto de vista humano e do ponto de vista acadêmico. Do ponto de vista humano, a experiência dos anos iniciais da UnB, que relato no livro, foi maravilhosa para todos os que dela participaram. Havia atmosfera de entusiasmo, com a consciência de que estávamos fazendo algo de novo, e principalmente, grande esperança. Este ponto é muito importante: havia grande esperança. Trabalhávamos intensamente, sete dias por semana, sem limitação de tempo. Depois veio o golpe militar e as perseguições cegas à Universidade, com controle policial constante em todas as atividades, criando um clima de insegurança cada vez maior, que foi a causa de nosso pedido de demissão coletiva. Do ponto de vista acadêmico, a UnB foi a precursora de uma reforma universitária importante, a primeira universidade a funcionar nos moldes posteriormente adotados na reforma universitária em todo o país, introduzindo a estrutura utilizada atualmente. Essa reforma foi concebida com a evolução da mentalidade, com a participação de muita gente e de muitas instituições. Achei importante mostrar em meu livro, para os jovens de hoje, que a mentalidade evolui, e que houve uma luta, luta no bom sentido, na evolução da mentalidade nas universidades brasileiras, começando na década de 20, de 30, passando pela funda-

ção da USP, até se conceber a estrutura da UnB, que na década de 50 estava no ar. Muita gente pensava nesse tipo de estrutura naquela época: se a UnB não a tivesse adotado, outras universidades o teriam, provavelmente a USP ou a UFRJ. Aliás, a reforma da UFRJ, que se chamava Universidade do Brasil, estava sendo programada pelo ministro da Educação de Juscelino Kubitschek, com a criação de Institutos Centrais de Ciências e Faculdades, e deveria ser inaugurada com a instalação da Cidade Universitária na Ilha do Fundão, no Rio de Janeiro.

Revista Adusp - **E quais seriam os elementos constituintes, os traços mais marcantes desse modelo de universidade adotado pela UnB?**

**Salmeron** - *Primeiro ponto:* antes da UnB, a universidade tinha estrutura arcaica. Por exemplo, em todas as faculdades, em cada disciplina, havia um professor catedrático, que era o dono da disciplina. Dono absoluto. Ele fazia o ensino como queria, determinava se ia se fazer pesquisa ou não, e era auxiliado por um grupo de assistentes – era ele quem escolhia seus assistentes – cuja denominação já indicava ser posição subalterna. O assistente não tinha autoridade para imprimir rumo à disciplina que lecionava, e na vasta maioria dos casos ensinava somente o que aprendia em livros.

Isso tinha de ser mudado. Era necessário acabar com a posição de catedrático e criar uma estrutura que desse a todos a possibilidade de evoluir de acordo com sua experiência profissional. Modificamos a carreira docente, criando as posições de assistente e três de professor. O mestrado era obrigatório para o posto de assistente, que não tinha o significado do sistema antigo, ninguém era assistente de um pro-

obrigatoriamente. *Terceiro ponto:* dentro da universidade, criar flexibilidade para que o aluno pudesse mudar de carreira. Essa possibilidade não havia antes. Posso contar meu exemplo pessoal, extremamente significativo. Quando me formei engenheiro pela Escola Politécnica da USP, fui convidado pelo professor de Física, Luis Cintra do Prado, para ser seu assistente. Logo a seguir, comecei também a carreira de pesquisador em Física com o professor Gleb Wataghin, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Numa conversa com esse ilustre professor, ele muito francamente me disse: “Seu País é muito complicado. Com o título de engenheiro somente, o senhor poderá encontrar muita dificuldade na sua carreira. Eu acho que o senhor deveria fazer o curso de Física, mesmo já fazendo pesquisa comigo, para ter o diploma de físico”. Aceitei o conselho. Mas, para fazer o curso de Física na USP, univer-

sidade da qual tinha diploma e na qual lecionava, tive de prestar novo exame vestibular, e tive de cursar todas as disciplinas do curso de Física, inclusive aquelas nas quais eu já tinha sido aprovado na Escola Politécnica e aquela que eu lecionava! Felizmente, professores de espírito aberto não exigiam que eu assistisse às suas aulas. Por exemplo, Marcelo Damy de Souza Santos disse-me: “Seria ridículo você

## O QUE PRECISAVA MUDAR

***“Antes da UnB, a universidade tinha estrutura arcaica. Por exemplo, em todas as faculdades, em cada disciplina havia um professor catedrático, que era o dono da disciplina. Dono absoluto. Fazia o ensino como queria, determinava se ia se fazer pesquisa ou não, e era auxiliado por um grupo de assistentes (era ele quem os escolhia) cuja denominação já indicava ser posição subalterna”***



## O GOLPE MILITAR

***“Na semana seguinte, o campus foi invadido por tropas da Polícia Militar de Minas Gerais, que tomaram a UnB como se estivessem tomando uma praça-forte, com os soldados rastejando... Foram levados por 14 ônibus acompanhados de três ambulâncias, porque pensaram que ia haver luta armada, pensaram que estávamos armados. Funcionários, estudantes e professores ficaram espantados, ao ver aqueles soldados chegando, sem saber por quê”***



assistir às minhas aulas, você está ensinando na Politécnica o que estou ensinando aqui na Faculdade de Filosofia. Mas não posso isentá-lo dos exames, pois não posso dar uma nota sem que você faça uma prova”. Em Brasília, suprimimos esse sistema arcaico; o estudante podia ser transferido de uma escola para outra com o sistema de créditos, que existe hoje em todos os lugares. *Quarto ponto:* tempo integral e dedicação exclusiva obrigatórios para todos os docentes, salvo pouquíssimas exceções. *Quinto ponto:* criamos pela primeira vez os Institutos Centrais de Artes, de Letras, de Ciências Humanas, de Ciências Naturais e Exatas, além das Faculdades, estrutura essa que existe atualmente em todo o Brasil.

Revista Adusp - **Na opinião do senhor, o que fez o regime militar**

**truncar a experiência da UnB?**

**Salmeron** - A UnB foi perseguida mais do que as outras universidades porque, pelas origens, era ligada a nomes de personalidades políticas consideradas inimigos ferrenhos do regime militar. Lúcio Costa foi o primeiro a pensar numa universidade para Brasília, que propôs em seu Plano Piloto para a nova capital. A possibilidade de fundação de uma universidade foi examinada no governo de Juscelino Kubitschek, que propôs a lei para criá-la, com uma mensagem enviada ao Congresso Nacional no dia da inauguração de Brasília. Mas, durante os meses que restavam de seu governo, a lei não foi aprovada. Durante o curto governo do Jânio Quadros a lei também não foi aprovada, mas foi aprovada no dia em que ele renunciou à Presidência da

República. Quem a assinou, finalmente, algumas semanas depois, foi João Goulart. A personalidade mais eminente na concepção da UnB foi Anísio Teixeira, que era *persona non grata*. Darcy Ribeiro trabalhava com ele no Ministério da Educação, e fez muito para que a UnB fosse criada, tendo sido o primeiro reitor; foi reitor durante menos de um ano, porque João Goulart convidou-o para ser ministro da Educação, e, poucos meses depois, para ser chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Daí para diante, Darcy Ribeiro tornou-se homem político. Para o governo militar, a UnB ficou então associada a Juscelino Kubitschek, João Goulart, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, considerados inimigos e tratados como tal. Daí uma vigilância extrema da UnB pelo governo federal, que chegava às raias do ridículo. Por exemplo: logo depois do golpe de abril de 1964, na semana seguinte, o campus da UnB foi invadido por tropas da Polícia Militar de Minas Gerais, que tomaram a Universidade como se estivessem tomando uma praça-forte, com os soldados rastejando... Foram levados por quatorze ônibus acompanhados de três ambulâncias, porque pensaram que ia haver luta armada, pensaram que estávamos armados na Universidade. Funcionários, estudantes e professores ficaram espantados, ao ver aqueles soldados chegando, sem saber por quê. Mas a atmosfera era de paz e trabalho. Os militares levavam o nome de alguns professores que queriam inquirir, e alguns não esta-

vam na Universidade quando houve a invasão. Anísio Teixeira, que era o reitor, mandou chamá-los em suas residências, para que se apresentassem aos militares, porque não tinham nada a esconder. Vários deles foram presos. Anísio Teixeira foi destituído do cargo de reitor, e substituído por um professor da USP que tinha participado como civil da preparação do golpe militar. Este, por sua vez, foi substituído um ano e meio depois por outro professor da USP que também era homem de confiança do regime. Durante as gestões desses dois reitores, começaram e se intensificaram as perseguições cegas à Universidade, com controle policial diário em todos os setores, estudantes e professores presos, professores demitidos, criando um intolerável clima de insegurança que aumentava com o tempo. Depois de lutar muito em defesa da Universidade e da liberdade acadêmica, nós nos convencemos de que não era mais possível ser

professor universitário dignamente naquela situação. Então 223 docentes se demitiram da UnB que estavam construindo, com a profunda decepção de ver que no Brasil daquela época um empreendimento dessa natureza podia ser destruído facilmente.

Revista Adusp - **O senhor trabalha na França, vive lá há muitos anos. O senhor tem acompa-**

**nhado a situação das universidades brasileiras?**

**Salmeron** - Bastante. Durante todos estes anos radicado na Europa, tenho mantido contato permanente com universidades e instituições científicas brasileiras, mais freqüentemente com amigos e colegas da USP, da Unesp, do Labo-

**FALTA DE ÂNIMO**  
*“Os salários são baixos, as universidades não têm infraestrutura, e ao lado dessa situação grave vejo gradualmente, nos últimos anos, uma perda de esperança. Os reveses têm sido tão grandes que a comunidade acadêmica está assim numa espécie de inação. Não sei se resignação é o termo adequado, mas certamente não está lutando. E a gente não vê um plano nacional de investigação, de pesquisa científica, de amparo”*



ratório Nacional de Luz Síncroton, de Campinas, da UFRJ, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, do Rio de Janeiro. Há obviamente nas nossas universidades uma série de problemas muito preocupantes, muito alarmantes, porque podem comprometer o futuro em escala social que ultrapassa o quadro das universidades. Em primeiro lugar, a situação financeira é precária, ridícula e perigosamente precária.

Sempre foi precária, mas tenho impressão de que nunca foi tanto quanto agora. Os salários são baixos, as universidades não têm infraestrutura, e ao lado dessa situação grave vejo gradualmente, nos últimos anos, uma perda de esperança. Os reveses têm sido tão grandes que a comunidade acadêmica está

assim numa espécie de inação. Não sei se resignação é o termo adequado, mas certamente não está lutando. E a gente não vê um plano nacional de investigação, de pesquisa científica, de amparo. Classifico a situação de perigosa, porque a precariedade e a falta de orientação originam quebra de ânimo e de esperança, que é o que de pior pode acontecer a uma comunidade, que nessas condições pode cair na estagnação e não cultivar o espírito de luta. É alarmante a falta de sensibilidade do governo para com esse problema. E mais alarmante ainda quando vemos que em todos os setores de atividades o Brasil tem universitários da

mais alta competência. Por que essas pessoas da mais alta competência não são ouvidas e apoiadas? Isso não é somente chocante, é perigoso, porque, contrariamente aos países avançados, que disputam as pessoas competentes, o Brasil desperdiça a competência, não somente em assuntos culturais, de ensino e de pesquisa, mas também em assessoria para assuntos de interesse nacional.

Revista Adusp - **O senhor está falando em não utilização de competência nas universidades. Mas acha que não há utilização de competência também em outros setores?**

**Salmeron** - O governo atual, que neste ponto não difere em nada dos governos passados, não tem o hábito de usar a competência dos seus universitários, dos seus engenheiros, dos seus cientistas, como assessores de projetos de interesse nacional. Tem-se a impressão de que o governo não sabe o que fazer dos universitários, como se estes devessem ensinar e só. Posso citar três exemplos de projetos, um feito durante o regime militar e dois no governo atual, nos quais a competência nacional não foi utilizada. O primeiro foi a compra das centrais nucleares da Alemanha: os cientistas não foram consultados, os engenheiros não foram consultados, os especialistas em energia nuclear da época não foram consulta-

dos. Foi uma decisão autoritária, completamente desligada de qualquer planificação para o futuro. Custou uma fortuna. O preço de cada reator, naquela época, era de 3 bilhões de dólares. Eu me lembro de que fiz um cálculo, porque sabia quanto ganhava um engenheiro e um cientista alemão: se o Brasil tivesse comprado as oito centrais (acabou comprando três) iria dar empregos a 10 000 alemães durante pelo menos quatro anos.

Segundo exemplo grave: o Sivam. Por que o governo, em vez de consultar os especialistas altamente qualificados que nós temos, e fazer um projeto nacional, dá o projeto a uma companhia estrangeira? Não é exagero dizer que o Brasil está pagando para ser espionado. Porque as companhias estrangeiras ficam a par de tudo que está acontecendo aqui. É ridículo! O projeto poderia ser realizado no

Estação Espacial. Não se pode compreender essa participação, que custará no mínimo 120 milhões de dólares. É muito dinheiro. Para fazer uma comparação, a França gasta, por ano, somente 15% a 20% dessa quantia com equipamento para todas as experiências em Física Nuclear e Física de Partículas Elementares de todos os seus laboratórios, com participação nos maiores projetos nacionais e internacionais de cerca de 500 físicos e número pelo menos idêntico de engenheiros e técnicos.

Revista Adusp - **O senhor, ao contrário dos desesperançados, acredita no potencial da universidade brasileira?**

**Salmeron** - Acredito imensamente. A prova de que se deve acreditar é óbvia, é que, apesar de todas as dificuldades, veja quanta gente competente está sendo formada no país. O que acontece é que o número de pessoas competentes ainda não é

muito grande, ainda não é tanto quanto o país precisa. Mas a vitalidade universitária no Brasil é extraordinária, e eu não tenho nenhuma dúvida de que, com tanta gente inteligente e tanta gente competente, soluções importantes serão encontradas para os problemas. A falta de ânimo e de esperança a que me referi há pouco tem de ser vencida, e será vencida. Mas, para isso, não podemos nos limitar a nos queixar de coisas que

**SIVAM**

***“Por que o governo, em vez de consultar os especialistas altamente qualificados que nós temos, e fazer um projeto nacional, dá o projeto a uma companhia estrangeira? Não é exagero dizer que o Brasil está pagando para ser espionado. Porque as companhias estrangeiras ficam a par de tudo que está acontecendo aqui. É ridículo! O projeto poderia ser realizado no Brasil”***



não funcionam. A comunidade universitária tem de agir, de tomar iniciativas, de tomar em suas próprias mãos os destinos da universidade e tem de educar o governo a ver a universidade de outro modo, mostrar ao governo que a universidade é a consciência da sociedade na qual está inserida.

Revista Adusp - **Ultimamente, as pessoas têm sido levadas a pensar que é interessante que haja universidade paga, que as universidades públicas são muito caras, que existe uma grande ineficiência entre os pesquisadores das universidades públicas. Que o senhor tem a dizer sobre isso?**

**Salmeron** - A universidade pública gratuita tem de existir. Privatizar as universidades públicas seria um crime. A palavra adequada é crime. Os argumentos que são apresentados pelas pessoas que falam em pagamento dos estudos

em universidades públicas são inaceitáveis. Dizer que as universidades públicas são freqüentadas por jovens que vêm de famílias que podem dar aos filhos uma boa educação no curso secundário, jovens que vão à universidade de automóvel, e portanto podem pagar as mensalidades... Esses argumentos são falsos e devem ser combatidos. No Brasil, desde que o Brasil existe, a universidade é freqüentada por uma minoria de gen-

te que vem de famílias que têm posse para isso. Essa é que é a verdade. A quantidade de universitários que vêm de famílias humildes é muito pequena. É muito pequena no mundo inteiro. Não quero dizer que tem de continuar assim; ao contrário, essa situação tem de ser mudada, e os próprios universitários têm papel importante a desempenhar nessa mudança. Quero dizer que os argumentos

está sendo usado é enfatizado de modo mentiroso.

Por exemplo, se na minha geração houvesse universidade paga, eu não poderia ter estudado. E um grande número dos meus colegas da Politécnica também não. Querer fazer ensino pago é um crime. Seria uma das coisas mais graves nas quais o governo falharia, numa de suas missões importantes para com a sociedade. Dão

exemplos de universidades pagas, os Estados Unidos são tomados como modelo. Mas também é mentira. A Universidade da Califórnia é pública, é o Estado da Califórnia quem arca com as despesas, tem 300 000 estudantes. As universidades dos Estados, nos Estados Unidos, são todas universidades públicas. E as universidades pagas, como Harvard, Yale, etc. têm duas características. Primeiro, os bons estudantes têm bolsa do governo para estudar, e

**DELÍRIO DE PRIVATIZAÇÕES I**  
*“Se na minha geração houvesse universidade paga, eu não poderia ter estudado. E um grande número dos meus colegas da Politécnica também não. Querer fazer ensino pago é um crime. Dão exemplos de universidades pagas, os Estados Unidos são tomados como modelo. Mas também é mentira. A Universidade da Califórnia é pública, é o Estado da Califórnia quem arca com as despesas, tem 300.000 estudantes”*



que estão sendo utilizados para fazer o ensino pago são falhos, porque estão pondo em evidência uma situação que sempre existiu, e que existe nos outros países também. Além disso, não é verdade que essas famílias sejam tão bem postas economicamente. É mentira, porque a maioria delas, mesmo não pagando os estudos, têm dificuldade em ter um jovem ou uma jovem estudando até os 24, 25 anos. O próprio argumento que

quando o estudante não tem bolsa e a família não pode pagar, tem de levantar empréstimo que o deixa endividado durante anos. Segundo, o que nunca é dito, todo o trabalho de pesquisa é pago pelo governo. Essas universidades não têm possibilidade de fazer pesquisa com verbas próprias. Há uma falta de informações sobre isso. E a imprensa tem grande responsabilidade, porque há jornalistas que escrevem sobre isso sem se in-



formar exatamente sobre o que está acontecendo. Uma outra lenda que está-se fazendo no Brasil é de que há muitos professores por estudante. O que é mentira, porque também quando comparam com certas universidades do exterior não dizem que nos Estados Unidos o que se chama de universidade nem sempre é universidade como a nossa, com cursos de quatro, cinco, seis, sete anos. A maioria das chamadas universidades são colégios, com cursos de só dois anos. E de cultura geral, não profissionalizantes. Aí a gente pode conceber que um professor de literatura vá falar para 100 pessoas numa classe. Mas não quer dizer que ele vá formar escritores ou

literatos. Quando se consideram universidades como as nossas, com cursos de quatro anos ou mais, a gente vê que o número de estudantes por professor é o mesmo que no Brasil, nas universidades americanas. E na Europa, em certos lugares como na França, nas disciplinas científicas, o número de estudantes por professor é menor do que no Brasil. O aluno tem muita assistência, quase que individual. Então essas informações são divulgadas de modo errado e eu diria até tendencioso, porque a insistência com que elas são publicadas é alarmante.

Revista Adusp - **E isso atende a que interesses?**

**Salmeron** - Vejo essa campanha para fazer o ensino pago como parte desse delírio de privatizações que a gente vê. Além de o fato em si ser inaceitável, comparando com

porque o perigo é grande. Já houve em governos passados rumores de que as universidades públicas passariam a ser pagas, mas em períodos em que não se falava em privatizações. O perigo hoje é maior do que nunca, porque as privatizações estão sendo feitas sem nenhum escrúpulo e apresentadas como salutares e inevitáveis.

Revista Adusp - **Chega a ser perverso.**

**Salmeron** - É perverso. Exatamente. É a expressão correta. É uma espécie de escárnio à população querer que os jovens paguem a universidade, quando há tanta roubalheira. Por que os bancos não pagam os impostos que têm de pagar? Por que as grandes companhias não pagam os impostos que têm de pagar? É nessa direção que o governo tem de procurar

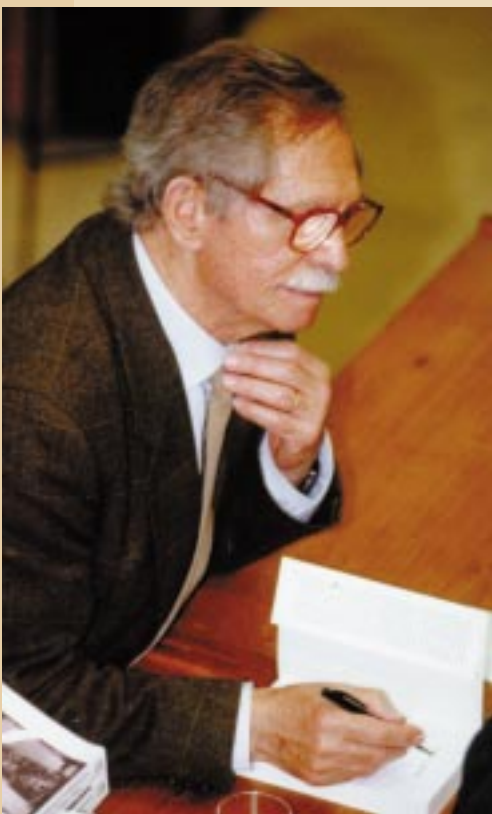
dinheiro, e não com mensalidades de estudantes. Isso faz parte de um delírio de privatizações, feito sem reflexão, sem analisar as consequências. Veja por exemplo na Europa, não há universidade particular. Na França, na Itália, na Alemanha, não há universidade particular. São todas públicas. Pode haver uma ou outra escola de comércio, de informática ou coisa assim, mas não universidade. Se na França o governo fizesse uma declaração de que o ensino seria pago, haveria greves monstruosas pelo país inteiro, até que a idéia fosse completamente derrubada.

**DELÍRIO DE PRIVATIZAÇÕES II**  
*“O que o governo deu como ajuda a esses bancos que tinham atividades fraudulentas daria para pagar a verba de certas universidades durante anos. É um escárnio querer que os jovens paguem a universidade, quando há tanta roubalheira. Por que os bancos e grandes companhias não pagam os impostos que têm de pagar? É nessa direção que o governo tem de procurar dinheiro, e não com as mensalidades dos estudantes”*



o modo como o dinheiro público é gasto no Brasil, com as subvenções a bancos, as subvenções a companhias multimilionárias como a Ford que vêm se instalar aqui, então se o governo está precisando de dinheiro é aí que ele tem de procurar. O que o governo deu como ajuda a esses bancos que tinham atividades fraudulentas daria para pagar a verba de certas universidades durante anos. Dentro do contexto brasileiro, de tanta calamidade que a gente vê por aí, a idéia de universidade paga é mais inaceitável ainda. Mas a sociedade tem de ficar vigilante e reagir contra essa idéia,

# PESQUISADOR EMÉRITO



Patrick Blackett, Prêmio Nobel de Física, foi quem sugeriu à direção do CERN, de Genebra, a contratação de Roberto Salmeron. Blackett fora o orientador de Salmeron em seu doutorado (*Ph. D.*) na Universidade de Manchester. De 1955 a 1963, o engenheiro e físico brasileiro ocupou o posto de Físico Superior (*Physicien Supérieur*) na equipe de pesquisadores do CERN.

Teve, assim, “a oportunidade excepcional”, que muito influenciou suas atividades posteriores, “de acompanhar a evolução científica e a organização desse laboratório, que se tornou o maior do mundo em sua especialidade”, explica o próprio Salmeron.

Depois que foi obrigado a deixar a UnB, ele reassumiu, em 1966, seu posto no CERN. Em 1968, passou a trabalhar na Escola Politécnica de Paris e no Laboratório de Física Nuclear de Altas Energias, vinculado ao CNRS. Ali, foi sucessivamente Diretor de Pesquisa, Diretor de Pesquisa Classe Excepcional e Diretor de Pesquisa Emérito (*Directeur de Recherche Emérite*), seu cargo atual.

Ocupou postos de direção na Politécnica de Paris e no CNRS e foi assessor do Fundo Nacional Suíço para a Pesquisa Científica. Como presidente da Divisão de Física de Altas Energias e Partículas da Sociedade Européia de Física, criou um prêmio internacional para física de partículas elementares, intitulado *High Energy Physics Prize of the European Physical Society*. Na França, fundou, em 1969, a Escola de Verão de Física de Partículas de Gif-sur-Yvette, que se tornou a escola oficial do Departamento de Física Nuclear e de Partículas do CNRS.

A convite da Academia Real Sueca de Ciências, por quatro anos consecutivos (1985 a 1989) indicou candidatos ao Prêmio Nobel de Física.

Revista Adusp - **Quer dizer que o Anísio Teixeira, com sua frase que dizia “educação não é um privilégio, é um direito”, estaria terrivelmente incomodado se estivesse vivo hoje.**

**Salmeron** - Ah, o Anísio estaria sofrendo terrivelmente. Porque a batalha dele na vida inteira era a educação gratuita para todos. Como deve ser. Ele que foi um gigante da educação, como costume dizer, não aceitaria isso de modo algum. Mas veja, no Brasil já existem universidades particulares. Pelo que a gente lê nos jornais, aproximadamente 60% dos estudantes de escolas superiores estão em escolas ou universidades particulares. Agora, quando nós, num ambiente como o da USP, falamos em reforma universitária, em associação de pesquisa ao ensino, em associação de atividades criadoras ao ensino, nós falamos num nível no qual essas universidades particulares nem podem ser levadas em conta, a não ser um pequeno número de honrosas exceções. Não têm condição nenhuma de fazer uma elite intelectual para o país. Repito: a não ser algumas honrosas exceções. É evidente que as universidades públicas têm que se concentrar para formar pessoas altamente competentes, em todo o território nacional, quer seja no sul, no centro, no norte, nordeste, todas devem ter essa missão de formar gente competente. A universidade pública tem que existir, gratuita, formando gente de alto nível, e isso é responsabilidade do governo.

Revista Adusp - **O senhor conhece o projeto de autonomia universitária que o governo acaba de enviar ao Congresso?**

**Salmeron** - Há poucos momentos vocês me perguntaram o que achava da situação da universidade brasileira. Um ponto que me choca profundamente é a falta de diálogo. Falta diálogo dentro da universidade e da universidade com o exterior, inclusive com os ministé-



*Salmeron durante o lançamento do livro, em São Paulo*

rios públicos. Volto àquela parte, os universitários não sendo chamados para assessorar. Mas não são consultados nem sobre o futuro da própria universidade. Isso é muito grave. Como é que a comunidade universitária não pode exprimir a sua opinião num projeto de autonomia universitária? Porque não se trata somente de distribuição de verbas no nível burocrático, é muito mais profundo do que isso. De vez em quando chegamos a ler nos jornais que um dos argumentos para dar autonomia é dar autonomia financeira, para que os reitores possam despedir pessoas e controlar o orçamento etc. Isso é ridículo, tem-se a impressão de que as pessoas que lançam esses argumentos estão fazendo pilhérias com a comunidade acadêmica! Um dos pontos mais importantes da autonomia é dar às universidades o direito de serem diferentes umas das outras. Não há necessidade de que

as universidades sejam todas iguais. Se a universidade tiver o direito de ser diferente das outras, ela poderá utilizar melhor as condições locais, e ter mais inserção no meio local. A autonomia tem que ser muito mais ampla do que aquela que vem sendo divulgada. E nisso é alarmante o fato de a comunidade universitária não ter a chance de dar a sua própria opinião. Porque o problema é muito mais amplo do que simplesmente o contato entre diretores e reitores, entre reitores e ministros. Afeta todo mundo. Como é que a comunidade não pode se manifestar? Veja, se compararmos com a França, por exemplo: na França toda a estrutura é feita de modo tal que as idéias partem da base e sobem para a direção. As várias disciplinas têm comitês de gestão, que auxiliam a universidade na gestão da disciplina, especialmente na gestão científica. Esses comitês é que levam as idéias de baixo para

cima, o que não existe no Brasil. As três universidades do Estado de São Paulo já têm autonomia financeira e administrativa há muitos anos. Agora, o caso da autonomia é mais grave nas universidades federais, mais do que nas três do Estado de São Paulo. Mas aí então acho que a autonomia não está bem colocada, porque é preciso que haja o direito de ser diferente na sua estrutura. Por exemplo, não é evidente para mim que em todas as disciplinas em que se faz pesquisa na USP também se deva fazer pesquisa numa universidade do norte. Por outro lado, há muitas pesquisas que poderiam ser feitas no norte melhor do que na USP. Um exemplo típico: Geologia, Ciências da Terra. Por que não se pode ter, no norte do Brasil, institutos de pesquisas em Ciências da Terra que poderiam ser muito mais desenvolvidos do que aqui? Por que não? **RA**